



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

**Parecer:** 23/2026.

**Projeto de Lei:** 23 de 28 de abril de 2026.

**Autor:** Executivo Municipal.

**Matéria:** Abertura de Crédito Especial.

**Relator:** Lucas Justin Vieira

**Conclusão:** Favorável

**Ementa:** *Autoriza a abertura de crédito especial no valor total de R\$ 807.102,00 (oitocentos e sete mil cento e dois reais).*

### Relatório

Trata-se de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei Municipal nº 23/2026, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor total de R\$ 807.102,00 para aplicação de recursos vinculados à aquisição de uma motoniveladora.

É o relatório.

**Parecer**



**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Em observância ao proposto PL, verifica-se que este atende aos princípios contidos na Magna Carta no tocante à legalidade, publicidade e eficiência, não se descurando estar em consonância com o disposto no Art. 30, incisos I e III e Art. 37, caput.

O crédito especial é espécie de crédito adicional, disciplinado pela **Lei nº 4.320/64**, conforme seu art. 40:

*"Art. 40. Os créditos especiais destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica."*

A abertura de crédito especial exige autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes, conforme prevê o **art. 167, V, da Constituição Federal** e o **art. 43 da Lei nº 4.320/64**.

No caso em tela, o projeto atende a essas exigências, uma vez que há expressa autorização legal proposta na redação do art. 1º e o art. 2º indica como fonte de cobertura o o valor de devolução de duodécimo do executivo para o recurso LIVRE, o superávit financeiro do exercício anterior para o recurso 2008.

Ainda, a iniciativa do projeto é legítima, pois se trata de matéria orçamentária e de gestão financeira, de competência do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, §1º, II, "b", da Constituição Federal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Outrossim, a proposta está alinhada com as competências atribuídas ao Município pela Lei Orgânica notadamente conforme o art. 6º, inciso I, “elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado”; art. 39, inciso II, reforçando que cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e autorização para abertura de créditos.

Além do mais, as ações descritas no projeto dizem respeito à Obras e Desenvolvimento Econômico matérias de competência do Município, conforme os arts. 6º, 8º, da Lei Orgânica.

E, com efeito, o Município pode firmar convênios com outras esferas de governo, nos termos do art. 7º, inclusive para execução de serviços e repasses financeiros.

Conquanto ao escopo social, a legalidade, constitucionalidade e a técnica legislativa disciplinada na LC 95/98 e art. 53 do Regimento Interno desta casa, o Projeto de Lei nº 05/2026 atende aos requisitos legais e constitucionais, sendo **juridicamente viável sua aprovação**. A medida está amparada na Lei Orgânica do Município, observado os princípios da legalidade e da transparência fiscal, respeitando o processo legislativo adequado e está justificada por demanda concreta da área da cultura e turismo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Recomenda-se, portanto, a aprovação do projeto, uma vez que visa à execução de recursos públicos vinculados, respeitando os princípios da boa administração e o interesse público.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **Conclusão do Voto**

Diante dos fundamentos retro expostos, esta relatoria, após debate realizado na Comissão, disponibiliza o presente voto favorável à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2026.

Vereador Presidente

Vereador Relator

A favor:

Contra: